RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

Educação inclusiva e educação especial: da matrícula à participação, aprendizagem e autonomia

Inclusive and special education: from enrollment to participation, learning and autonomy

Educación inclusiva y especial: desde la matrícula hasta la participación, el aprendizaje y la autonomía

Grace Nayara de Souza Maziero

Pedagoga
Licenciatura em Pedagogia - Faculdade São Luís
Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Institucional – Faculdade São Luís
Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial com Ênfase em Transtorno do Espectro Autista (TEA) - Faculdade São Luís

RESUMO

Este artigo analisa a educação inclusiva como um processo pedagógico e institucional que vai além do acesso formal à escola. Por meio de revisão narrativa, discute-se as barreiras à aprendizagem e à participação, o desenho universal, a individualização, o atendimento educacional especializado, a colaboração entre escola e família, o monitoramento e a tecnologia. Dados oficiais do Censo Escolar contextualizam a expansão recente da educação especial no Brasil. Conclui-se que inclusão efetiva requer planejamento acessível, apoios graduados, avaliação formativa e coordenação institucional orientada por evidências.

Palavras-chave: educação inclusiva; educação especial; aprendizagem; acessibilidade; autonomia.

ABSTRACT

This article examines inclusive education as a pedagogical and institutional process that goes beyond formal school access. Through a narrative review, it discusses barriers to learning and participation, universal design, individualization, specialized educational support, school-family collaboration, monitoring, and technology. Official School Census data contextualize the recent expansion of special education in Brazil. Effective inclusion requires accessible planning, graduated supports, formative assessment, and evidence-informed institutional coordination.

Keywords: inclusive education; special education; learning; accessibility; autonomy.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva desloca o debate educacional da mera presença física do estudante para a garantia da participação, da aprendizagem e do pertencimento. Nessa perspectiva, diferenças de desenvolvimento, comunicação, mobilidade, atenção ou ritmo de aprendizagem não podem ser tratadas como justificativas automáticas para reduzir expectativas pedagógicas. O desafio institucional consiste em reconhecer as barreiras, organizar apoios e diversificar as formas de ensinar, sem romper o vínculo do estudante com o currículo comum e com a vida coletiva da escola.

A literatura internacional tem reforçado a ideia de que a inclusão é um processo sistêmico. O Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO sustenta que a diversidade deve ser incorporada ao planejamento educacional e que currículo, formação docente, infraestrutura, avaliação, tecnologia e a relação com as famílias influenciam a capacidade de uma escola de acolher diferentes perfis de

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

estudantes. Assim, a educação especial, na perspectiva inclusiva, não se resume a um conjunto de técnicas individuais, mas depende de decisões pedagógicas e organizacionais articuladas.

No Brasil, a ampliação das matrículas da educação especial e o crescimento da presença de estudantes em classes comuns tornam esse debate particularmente relevante. Dados do Censo Escolar mostram uma expansão expressiva do público registrado na educação especial entre 2020 e 2024. Esse movimento aumenta a responsabilidade das redes e das escolas de transformar o acesso em aprendizagem efetiva, evitando que a matrícula seja confundida com a inclusão plenamente realizada.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota uma revisão narrativa de caráter analítico, com foco em educação inclusiva, educação especial, diferenciação pedagógica, desenho universal para a aprendizagem, atendimento educacional especializado e colaboração entre a escola e a família. A revisão narrativa foi escolhida por permitir integrar documentos normativos, relatórios institucionais e literatura científica de diferentes tradições, sem a pretensão de produzir uma metanálise ou uma estimativa causal única.

Foram priorizadas fontes publicadas até 2025, com ênfase em documentos de organismos educacionais, estatísticas oficiais e estudos revisados por pares. Entre as bases conceituais consideradas estão o Global Education Monitoring Report da UNESCO, documentos do Inep relativos ao Censo Escolar da Educação Básica, literatura sobre Universal Design for Learning e estudos sobre sistemas multiníveis de apoio.

A análise foi organizada em eixos: concepção de inclusão; barreiras à aprendizagem e à participação; planejamento pedagógico acessível; individualização e apoios; colaboração institucional; e monitoramento de resultados. Os dados estatísticos são utilizados apenas para contextualizar a escala do fenômeno e não para inferir, isoladamente, a qualidade ou a eficácia das práticas escolares.

Como limitação, reconhece-se que as políticas, as categorias estatísticas e os modelos de apoio variam entre os sistemas educacionais. Por isso, conceitos internacionais são discutidos em diálogo com a realidade brasileira, sem pressupor equivalência automática entre estruturas legais ou profissionais de países distintos. O objetivo é oferecer uma síntese pedagógica e institucional, e não um protocolo clínico ou diagnóstico.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

Incluir exige compreender que as dificuldades escolares podem emergir da interação entre características do estudante e barreiras presentes no ambiente. Uma tarefa com linguagem excessivamente abstrata, uma rotina imprevisível, materiais inacessíveis ou avaliações que admitem apenas uma forma de resposta podem criar obstáculos que não são inerentes ao aluno. Essa leitura evita que toda dificuldade seja individualizada e convida a escola a examinar suas próprias práticas.

O planejamento inclusivo começa antes da adaptação individual. O Desenho Universal para a Aprendizagem propõe ampliar as possibilidades de engajamento, representação e ação/expressão, oferecendo múltiplas rotas para acessar conteúdos e demonstrar aprendizagem. A literatura recente registra resultados promissores, mas também alerta que a implementação depende de formação, tempo, recursos e coerência entre princípios e práticas.

Recursos lúdicos, materiais concretos, imagens, música, tecnologia assistiva e atividades sensoriais podem ter função pedagógica quando associados a objetivos claros. O valor desses recursos não está na novidade, mas na capacidade de reduzir barreiras, sustentar atenção, tornar conceitos observáveis e permitir participação significativa. A escolha deve considerar a idade, o currículo, o perfil de aprendizagem e as evidências de progresso.

A diferenciação pedagógica não significa produzir um currículo paralelo e permanentemente simplificado. Em vez disso, envolve ajustar a mediação, a complexidade, o tempo, o suporte e a forma de participação para preservar os objetivos educacionais relevantes. Quando uma adaptação reduz indiscriminadamente as oportunidades de aprender, ela pode produzir exclusão na própria sala comum.

A participação social também integra o processo. Interações com colegas, trabalho cooperativo e oportunidades reais de escolha contribuem para o pertencimento e a autonomia. A inclusão, portanto, deve ser observada tanto nos indicadores acadêmicos quanto na qualidade da participação do estudante nas rotinas, relações e decisões compatíveis com sua faixa etária.

4 INDIVIDUALIZAÇÃO, AEE E CONTINUIDADE PEDAGÓGICA

A individualização é necessária quando os apoios universais não são suficientes. Isso pressupõe identificar objetivos prioritários, barreiras específicas, recursos disponíveis e formas de acompanhar a resposta do estudante às intervenções. A tomada de decisão pedagógica deve ser dinâmica:

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

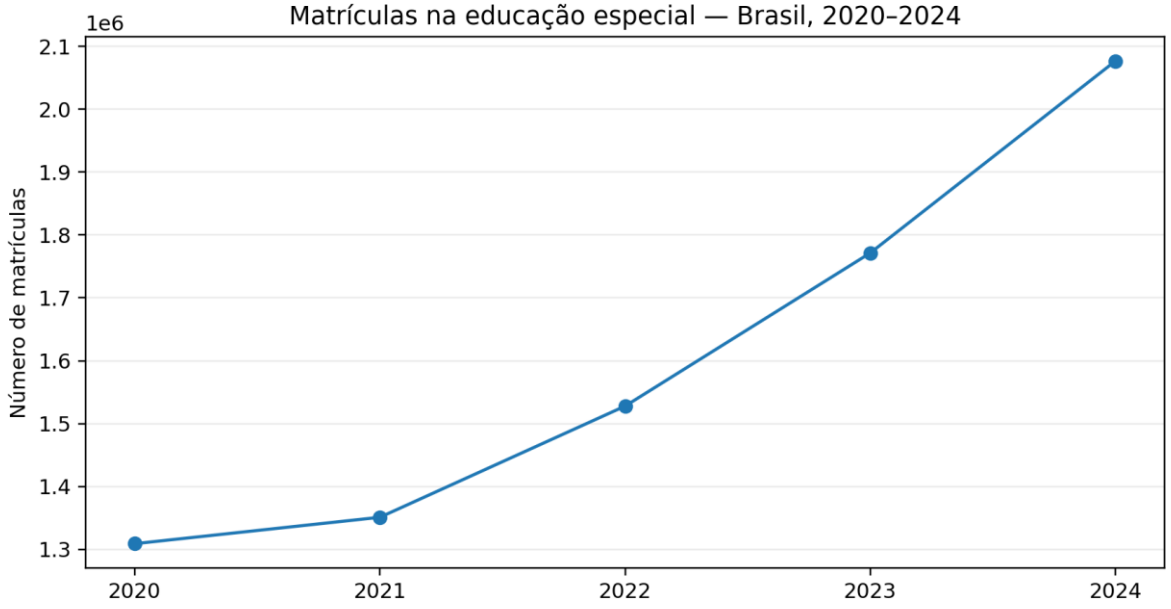
estratégias que funcionam em determinado conteúdo ou contexto podem precisar de revisão quando as demandas mudam.

O Atendimento Educacional Especializado, no contexto brasileiro, possui função complementar ou suplementar à escolarização e não deve ser entendido como substituto da sala comum. A articulação entre o professor regente, profissionais de apoio, AEE, gestão e família é decisiva para evitar a fragmentação. Quando cada agente trabalha com objetivos desconectados, o estudante pode receber múltiplos atendimentos sem uma trajetória educacional coerente.

A adaptação de atividades deve partir do conteúdo e da intenção pedagógica. Pode envolver instruções mais segmentadas, apoio visual, redução de estímulos irrelevantes, ampliação do tempo, materiais manipuláveis, leitura compartilhada ou diferentes formas de resposta. A adequação depende do efeito observado sobre a compreensão e a participação, e não de uma lista fixa vinculada ao diagnóstico.

Dados do Inep mostram que as matrículas da educação especial passaram de 1.308.900 em 2020 para 2.076.825 em 2024. O crescimento amplia a necessidade de capacidade institucional para planejar apoios e acompanhar os resultados. A expansão quantitativa é um avanço no acesso, mas exige investimento contínuo em práticas pedagógicas, formação e coordenação.

A avaliação formativa permite verificar se o apoio oferecido está promovendo aprendizagem. Registros de desempenho, amostras de trabalho, observação sistemática e metas de curto prazo podem orientar ajustes. Esse acompanhamento é mais útil quando evita rótulos genéricos e descreve comportamentos observáveis: o que o estudante consegue fazer, em quais condições, com que tipo de suporte e com que grau de autonomia.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

Gráfico 1 — Matrículas na educação especial no Brasil, 2020–2024. Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica 2024.

5 COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES, FAMÍLIAS E EQUIPE ESCOLAR

A educação inclusiva é fragilizada quando a responsabilidade pelo estudante é transferida a uma única pessoa. O professor da turma permanece responsável pelo currículo, enquanto profissionais especializados agregam conhecimento e oferecem suporte. Modelos colaborativos favorecem planejamento compartilhado e reduzem a tendência de separar o estudante das experiências coletivas. As famílias possuem informações relevantes sobre comunicação, interesses, rotina e formas de apoio que podem qualificar as decisões pedagógicas. Ao mesmo tempo, a escola precisa traduzir objetivos educacionais em linguagem compreensível e evitar relações baseadas apenas na comunicação de problemas. A parceria é mais produtiva quando há objetivos definidos e canais regulares de acompanhamento.

A formação docente deve aproximar a teoria das situações reais da sala de aula. Cursos pontuais podem ampliar repertório, mas mudanças sustentáveis requerem oportunidades de observar práticas, planejar conjuntamente, testar estratégias e discutir evidências de aprendizagem. A escola aprende institucionalmente quando transforma experiências individuais em conhecimento compartilhado.

A gestão escolar influencia a inclusão ao definir prazos de planejamento, a distribuição de recursos, as prioridades formativas e os mecanismos de acompanhamento. Uma cultura que valoriza a colaboração e a investigação pedagógica tende a responder melhor à diversidade do que uma organização centrada apenas em encaminhamentos individuais.

A colaboração também protege contra dois extremos: negar apoios necessários em nome de uma igualdade abstrata ou reduzir o estudante ao diagnóstico. O foco pedagógico deve permanecer nas necessidades educacionais observadas e na remoção de barreiras, com respeito à dignidade, às potencialidades e ao direito de aprender.

6 PRÁTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E MONITORAMENTO

A expressão 'baseado em evidências' não deve ser utilizada como um selo genérico. Uma prática educacional precisa ser examinada quanto à qualidade da pesquisa que a sustenta, ao contexto em que foi testada e à compatibilidade com os objetivos do estudante. Evidência científica, experiência profissional e dados produzidos no cotidiano escolar devem dialogar entre si.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

Intervenções estruturadas de alfabetização, ensino explícito, feedback, prática distribuída e monitoramento frequente podem ser combinadas com recursos inclusivos. O ponto central é que a escolha metodológica seja justificável e que sua eficácia seja acompanhada. Estratégias populares, mas sem relação clara com a meta de aprendizagem, devem ser tratadas com cautela.

Sistemas multiníveis de apoio oferecem uma lógica útil: práticas universais de qualidade para todos, apoios adicionais para quem necessita e intervenções mais intensivas quando a resposta continua insuficiente. Embora a terminologia varie entre países, a ideia de graduar intensidade com base em dados ajuda a evitar tanto a espera passiva quanto encaminhamentos prematuros.

O monitoramento precisa incluir os efeitos indesejados. Um apoio pode melhorar a realização de tarefas e, ao mesmo tempo, aumentar a dependência de um adulto. Por isso, os indicadores de autonomia, generalização e participação devem acompanhar as medidas acadêmicas. O objetivo final não é apenas completar uma atividade, mas também ampliar a capacidade de aprender e de participar.

A escola inclusiva funciona como uma organização que aprende: coleta informações, testa hipóteses pedagógicas, revisa práticas e compartilha conhecimento. Essa perspectiva desloca a pergunta de 'qual é o problema do aluno?' para 'quais barreiras estão presentes, quais apoios são necessários e o que os dados mostram sobre a resposta a esses apoios?'.

7 TECNOLOGIA, ACESSIBILIDADE E AUTONOMIA

A tecnologia pode ampliar o acesso, mas não é inclusiva por definição. Plataformas digitais, leitores de tela, comunicação alternativa, recursos multimodais e ferramentas de organização devem ser selecionados com base na barreira que se pretende reduzir. Soluções tecnológicas sem acessibilidade ou sem formação para uso podem criar formas de exclusão.

Materiais digitais permitem ajustar o tamanho da fonte, o contraste, a velocidade, o áudio, as legendas e as formas de interação. Esses recursos beneficiam estudantes com necessidades diversas e podem ser incorporados ao planejamento geral, reduzindo a necessidade de adaptações tardias. A acessibilidade ganha força quando é pensada desde o início.

Para estudantes que necessitam de suporte mais intenso, recursos visuais e tecnológicos podem favorecer a previsibilidade, a comunicação e o sequenciamento de tarefas. Contudo, o uso deve ser acompanhado para evitar uma dependência rígida. O apoio é mais eficaz do ponto de vista educacional quando pode ser ajustado gradualmente à medida que a autonomia aumenta.

A privacidade também merece atenção. Dados sobre deficiência, desempenho e comportamento são sensíveis e não devem circular sem necessidade pedagógica. Escolas precisam conciliar a colaboração entre profissionais com práticas responsáveis de registro e de compartilhamento de informações.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

A inovação inclusiva, portanto, não se mede pela quantidade de ferramentas adotadas, mas pela capacidade de ampliar a participação, a compreensão e a independência. A tecnologia deve permanecer subordinada ao projeto pedagógico e às evidências de aprendizagem.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva é um compromisso com o acesso, a participação, a aprendizagem e o pertencimento. Seu avanço depende de superar uma visão restrita, segundo a qual a matrícula em classe comum bastaria para caracterizar a inclusão.

O crescimento das matrículas da educação especial torna urgente fortalecer a capacidade pedagógica das escolas. Mais estudantes em ambientes comuns significam maior diversidade de necessidades e, consequentemente, maior demanda por planejamento flexível e coordenação.

Práticas universais acessíveis podem reduzir barreiras antes que adaptações individuais sejam necessárias. Quando apoios específicos são indicados, devem preservar objetivos educacionais relevantes e ser avaliados por seus efeitos concretos.

A articulação entre a sala comum, o atendimento especializado, a gestão e a família é central. A fragmentação de responsabilidades tende a produzir respostas inconsistentes e a dificultar o acompanhamento do progresso.

O uso de evidências exige discernimento. Não basta nomear uma estratégia como inclusiva; é necessário verificar a qualidade do suporte científico, a adequação ao contexto e a resposta do estudante.

A avaliação formativa e o monitoramento contínuo permitem ajustar as intervenções e reconhecer avanços acadêmicos, sociais e funcionais. Autonomia e participação devem ser consideradas ao lado do desempenho curricular.

Tecnologia e materiais diferenciados ampliam as possibilidades quando respondem a barreiras reais. Seu valor está na função pedagógica e na acessibilidade, não na inovação em si.

Em síntese, uma escola inclusiva é aquela que transforma diversidade em parâmetro de planejamento. Ao combinar currículo comum, flexibilidade, apoios graduados, colaboração e análise de dados, a instituição aumenta sua capacidade de ensinar diferentes estudantes sem reduzir o direito de nenhum deles a experiências educacionais significativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Notas Estatísticas: Censo Escolar da Educação Básica 2024. Brasília, DF: Inep, 2025.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 23/06/2026 | aceito: 26/06/2026 | publicação: 29/06/2026

CAST. Universal Design for Learning Guidelines 3.0. Wakefield, MA: CAST, 2024.

KING-SEARS, M. E. et al. Universal Design for Learning: a systematic review/meta-analysis of academic outcomes. Educational Research Review, 2023.

ROSE, D. H.; MEYER, A. Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning. Alexandria: ASCD, 2002.

UNESCO. Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and Education — All Means All. Paris: UNESCO, 2020. DOI: 10.54676/JJNK6989.

ZHANG, L. et al. Unraveling Challenges with the Implementation of Universal Design for Learning: A Systematic Literature Review. Educational Psychology Review, v. 36, art. 35, 2024. DOI: 10.1007/s10648-024-09860-7.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.